

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SOFHIA GOMES SILVA REIS

A ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL LISTADAS NA B3

UBERLÂNDIA
AGOSTO DE 2026

SOFHIA GOMES SILVA REIS

**A ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL LISTADAS NA B3**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Drº Vidigal Fernandes Martins

**UBERLÂNDIA
AGOSTO DE 2026**

SOFHIA GOMES SILVA REIS

**A ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL LISTADAS NA B3**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de Avaliação:

Prof. Dr. Vidigal Fernandes Martins
Orientador

Blind Review
Membro

Blind Review
Membro

Uberlândia, MG, 03 de agosto de 2026

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a estrutura das cartas de asseguração independente de sustentabilidade divulgados por instituições financeiras brasileiras listadas na B3, com foco nos padrões adotados, nas normas utilizadas e na forma de apresentação das informações aos stakeholders. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa e caráter documental, realizada a partir da análise de relatórios de sustentabilidade, relatórios ESG, relatórios anuais integrados e respectivas declarações de asseguração externa referentes ao exercício de 2024. A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, com base em categorias previamente definidas e nos pilares das normas IFRS S1 e IFRS S2: governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas. Os resultados indicam que as instituições financeiras vêm adotando referenciais internacionais e incorporando a asseguração externa como mecanismo de reforço da credibilidade das informações socioambientais. No entanto, foram identificadas limitações relacionadas à comparabilidade dos relatórios, à diversidade de critérios utilizados para classificação de operações sustentáveis e ao predomínio de asseguração em nível limitado. Conclui-se que, embora haja avanços relevantes na padronização e transparência das divulgações ESG, ainda são necessários aprimoramentos na consistência metodológica, comparabilidade e profundidade da asseguração.

Palavras-chave: sustentabilidade corporativa; asseguração; ESG; instituições financeiras; relatórios de sustentabilidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the structure of the independent assurance statements associated with sustainability reports, ESG reports, and integrated annual reports published by Brazilian financial institutions listed on B3, focusing on the standards adopted, the assurance frameworks applied, and the manner in which information is presented to stakeholders. Methodologically, this is a descriptive study with a qualitative approach and documentary nature, based on the analysis of sustainability reports, ESG reports, integrated annual reports, and corresponding external assurance statements for the fiscal year of 2024. Data analysis was conducted using content analysis techniques, supported by predefined categories and the disclosure pillars of IFRS S1 and IFRS S2: governance, strategy, risk management, and metrics and targets. The findings indicate that financial institutions have increasingly adopted international frameworks and incorporated external assurance as a mechanism to enhance the credibility of non-financial information. However, limitations were identified regarding report comparability, diversity in the classification of sustainable operations, and the predominance of limited assurance engagements. It is concluded that, despite significant progress in ESG disclosure practices, improvements are still required in methodological consistency, comparability, and assurance depth.

Keywords: corporate sustainability; assurance; ESG; financial institutions; sustainability reporting.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a crescente cobrança dos *stakeholders* por maior transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa ampliou a relevância da divulgação de informações socioambientais pelas organizações (Favaro; Rover, 2014). Nesse contexto, os relatórios de sustentabilidade passaram a desempenhar papel central na comunicação do desempenho econômico, social e ambiental das empresas, permitindo que diferentes públicos avaliem os impactos, os compromissos e as práticas adotadas pelas organizações em relação à sustentabilidade (Zaro; Pastre; Alberton, 2015).

A demanda por informações não financeiras confiáveis impulsionou a expansão da asseguração, reforçando a credibilidade das divulgações socioambientais (Farooq; Azantouti; Zaman, 2024). Estudos como de Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020) argumentam que a mera validação de números e processos não é suficiente para garantir responsabilidade plena, sendo necessário considerar aspectos como materialidade, completude e equilíbrio das informações reportadas. Em sentido complementar, Bonelli e Araujo (2025) evidenciam que a asseguração favorece a confiança, a transparência e a credibilidade das divulgações socioambientais, contribuindo para o fortalecimento do uso estratégico desses relatórios pelas organizações.

A literatura brasileira sobre asseguração de informações de sustentabilidade tem examinado diferentes dimensões do tema. Pastre, Zaro e Alberton (2015) analisaram os critérios normativos e os tipos de provedores utilizados pelas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial de 2013, enquanto Santos *et al.* (2018) investigaram a adoção, os níveis de asseguração e a participação das firmas Big Four entre as 50 maiores empresas brasileiras. No que se refere à estrutura dos documentos de asseguração, Almeida (2014) examinou o caso da Petrobras entre 2005 e 2012, identificando aderência à NBC TO 3000 e à ISAE 3000, mas sua análise ficou restrita a uma empresa do setor petrolífero. Assim, permanece limitada a evidência sobre a estrutura dos relatórios de asseguração independente associados às informações de sustentabilidade divulgadas por instituições financeiras brasileiras listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Essa lacuna torna-se relevante diante do papel estratégico exercido pelas instituições financeiras na alocação de recursos econômicos, no financiamento das atividades produtivas e na promoção de práticas sustentáveis (Paiva, 2010; Neto, 2024).

Além disso, a crescente evolução do ambiente regulatório relacionado à divulgação de informações de sustentabilidade reforça a importância do tema. No mercado brasileiro, a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 193, de 2023, representa um marco

regulatório ao disciplinar a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base nos padrões internacionais do *International Sustainability Standards Board* (ISSB) (CVM, 2023). Nesse contexto, além de atender às exigências regulatórias, a divulgação dessas informações e sua asseguração independente podem ser compreendidas como mecanismos que contribuem para fortalecer a legitimidade das organizações perante investidores, reguladores e demais stakeholders, ao conferir maior transparência e credibilidade às informações divulgadas (Dowling; Pfeffer, 1975; Suchman, 1995).

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como as instituições financeiras brasileiras listadas na B3 estruturam as cartas de asseguração de sustentabilidade, considerando a divulgação de informações relacionadas à governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas, e qual o papel da asseguração independente na credibilidade dessas informações? Para responder a essa questão, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como as instituições financeiras brasileiras listadas na B3 estruturam as cartas de asseguração de sustentabilidade através dos relatórios corporativos com informações de sustentabilidade, considerando a divulgação de informações relacionadas à governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas, à luz das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) S1 e S2, bem como o papel desempenhado pela asseguração independente na comunicação e na credibilidade dessas informações.

Este estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre a divulgação de informações de sustentabilidade e sobre o papel da asseguração independente na transparência e na credibilidade dessas divulgações no setor financeiro brasileiro. Sob a perspectiva prática o estudo pode oferecer subsídios para instituições financeiras, auditores independentes, profissionais da contabilidade e órgãos reguladores, ao evidenciar padrões de divulgação adotados pelas instituições analisadas e identificar aspectos passíveis de aperfeiçoamento para ampliar a transparência, a comparabilidade e a credibilidade das informações de sustentabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da Legitimidade

A teoria da legitimidade explica que as organizações buscam alinhar suas práticas às expectativas sociais para garantir aceitação e continuidade. Nesse contexto, a divulgação e a asseguração de informações *Environmental, Social e Governance* (ESG) podem ser interpretadas como mecanismos de reforço da legitimidade organizacional (Dowling; Pfeffer, 1975; Suchman, 1995).

Sob essa perspectiva, a legitimidade organizacional está associada ao alinhamento entre os valores da organização e os valores compartilhados pela sociedade na qual ela está inserida. Quando esse alinhamento é percebido como adequado, a organização tende a obter aceitação social e a preservar sua continuidade; por outro lado, quando há divergência entre as práticas corporativas e as expectativas sociais, surgem ameaças à legitimidade, que podem se manifestar por meio de sanções econômicas, regulatórias, reputacionais e institucionais (Dowling; Pfeffer, 1975; O'donovan, 2002).

Suchman (1995) é uma das principais referências na sistematização do conceito ao definir legitimidade como uma percepção generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, corretas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições. O autor também propõe três formas principais de legitimidade: a legitimidade pragmática, baseada no interesse dos públicos; a legitimidade moral, relacionada à avaliação normativa das ações organizacionais; e a legitimidade cognitiva, vinculada à compreensibilidade e à naturalização da existência da organização no ambiente social.

No campo contábil, a teoria da legitimidade ganhou destaque ao ser aplicada para explicar por que as organizações divulgam informações sociais, ambientais e de governança e de que forma essas divulgações podem contribuir para obter, manter ou recuperar legitimidade perante seus *stakeholders*. Deegan (2002) relaciona a evidenciação socioambiental à busca pela aceitação das operações organizacionais, enquanto O'Donovan (2002) demonstra que os relatórios corporativos podem ser utilizados como resposta às pressões sociais e às ameaças à legitimidade. No contexto brasileiro, Machado e Ott (2015) identificaram estratégias pragmáticas, morais e cognitivas de legitimação empregadas por companhias abertas na divulgação de informações ambientais. Aplicada ao contexto desta pesquisa, a Teoria da Legitimidade permite compreender a divulgação de informações de sustentabilidade como uma

estratégia por meio da qual as instituições financeiras procuram demonstrar alinhamento às expectativas de investidores, reguladores e demais *stakeholders*. A divulgação de informações relacionadas à governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas pode contribuir para a legitimidade pragmática ao atender às demandas informacionais dos usuários; para a legitimidade moral ao evidenciar políticas, compromissos e resultados associados à responsabilidade socioambiental; e para a legitimidade cognitiva ao adotar estruturas, padrões e terminologias amplamente reconhecidos, favorecendo a compreensão e a aceitação dessas práticas (Beuren; Gubiani; Soares, 2013; Machado; Ott, 2015; Motke; Ravello; Rodrigues, 2024).

Para fins desta pesquisa, consideram-se relatórios corporativos com informações de sustentabilidade os: relatórios ESG, relatórios anuais integrados e demais documentos equivalentes divulgados pelas instituições financeiras analisadas. A carta de asseguração independente corresponde ao documento emitido pelo assegurado, no qual são apresentados o objeto do trabalho, as responsabilidades das partes, os critérios adotados, o nível e o escopo da asseguração, os procedimentos realizados e a conclusão emitida.

Dessa forma, a Teoria da Legitimidade fornece o suporte teórico para compreender como as instituições financeiras utilizam a divulgação de informações de sustentabilidade e a asseguração independente para fortalecer sua legitimidade perante os *stakeholders*. Nesse sentido, esta pesquisa busca analisar a estrutura dos relatórios de sustentabilidade e o papel desempenhado pela asseguração independente, sem pressupor que sua existência, por si só, comprove a confiabilidade das informações divulgadas.

2.2 Sustentabilidade Corporativa e Relatórios de Sustentabilidade

A literatura indica que a sustentabilidade corporativa passou a ser compreendida como uma dimensão estratégica da gestão, relacionada à integração de aspectos ambientais, sociais e econômicos às decisões organizacionais e à criação de valor no longo prazo. Revisões sistemáticas mostram que o debate atual se deslocou do enfoque meramente conceitual para a análise de sua implementação nas empresas, de suas barreiras organizacionais e de sua incorporação à estratégia corporativa (Oliveira; Menezes; Fernandes, 2024; Nguyen; Kanbach, 2023).

Nesse contexto, os relatórios de sustentabilidade passaram a ser compreendidos como instrumentos relevantes de comunicação corporativa, pois permitem às organizações evidenciar informações econômicas, sociais e ambientais relacionadas às suas práticas, impactos e

compromissos com a sustentabilidade. No contexto brasileiro, Oliveira *et al.* (2014) identificaram crescimento na adesão de empresas às diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), demonstrando que os relatórios de sustentabilidade vêm se consolidando como mecanismo de divulgação socioambiental entre organizações brasileiras.

Outro aspecto relevante refere-se à qualidade e à comparabilidade das informações divulgadas. Travassos *et al.* (2014), ao analisarem relatórios de empresas brasileiras segundo os indicadores essenciais da GRI, ressaltam que essas diretrizes estão associadas à transparência, qualidade e confiabilidade das informações socioambientais. No mesmo sentido, Reis *et al.* (2015) evidenciam que a qualidade das cartas de asseguração de sustentabilidade pode apresentar limitações, especialmente quando há inconsistências entre as informações divulgadas nas cartas de asseguração de sustentabilidade e nos relatórios financeiros.

Além disso, a literatura brasileira indica que o nível de divulgação nas cartas de asseguração de sustentabilidade pode ser influenciadas por características organizacionais e por pressões sociais e legais. Kneipp *et al.* (2014) observaram que empresas brasileiras que adotaram as diretrizes GRI apresentaram diferentes níveis de divulgação, sendo que fatores como porte, setor de atuação, impacto ambiental e exposição ao mercado podem influenciar a amplitude das informações evidenciadas. Assim, as cartas de asseguração de sustentabilidade podem ser compreendidas como instrumentos de transparência, prestação de contas e resposta às expectativas de *stakeholders*, cuja utilidade depende da qualidade, comparabilidade e confiabilidade das informações divulgadas.

Nessa perspectiva, a asseguração externa surge como um desdobramento relevante do processo de evolução das cartas de asseguração de sustentabilidade, ao buscar reforçar a credibilidade das informações não financeiras divulgadas. Embora a prática de asseguração ainda apresente diferenças quanto ao escopo e ao nível de verificação, sua adoção pode contribuir para reduzir questionamentos sobre a confiabilidade dos dados e fortalecer a transparência das divulgações socioambientais.

2.3 Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade

De forma complementar, Pastre, Zaro e Alberton (2015) afirmam que as cartas de asseguração de sustentabilidade buscam evidenciar o desempenho social, ambiental e econômico das organizações e que quando submetidos à verificação independente, são acompanhados por relatórios (ou cartas) de asseguração, nos quais o assegurado apresenta o escopo do trabalho, os critérios adotados, os procedimentos realizados e sua conclusão. Assim,

a asseguração independente pode ser compreendida como mecanismo que busca reforçar a credibilidade e a transparência das informações não financeiras divulgadas aos *stakeholders*.

A literatura brasileira também evidencia que a prática de asseguração ainda apresenta diversidade quanto aos critérios, normas e prestadores envolvidos. Borges e Almeida (2014), ao analisar as cartas de asseguração da Petrobras entre 2005 e 2012, identificou que a estrutura e o conteúdo desses relatórios seguiram principalmente as diretrizes da Norma Brasileira de Contabilidade – Trabalho de Asseguração de Informação Não História 3000 (R2) (NBC TO) em conformidade com a norma internacional International Standards for Assurance Engagements 3000 (ISAE).

Em estudo com empresas que compunham a carteira do ISE 2013, Pastre, Zaro e Alberton (2015) verificaram que 69% das companhias que divulgaram as cartas de asseguração de sustentabilidade adotaram práticas de asseguração, sendo que 74% dos relatórios emitidos por empresas de auditoria foram pautadas na NBC TO 3000, enquanto outros utilizaram referências como AA1000AS e verificação independente conforme diretrizes GRI.

Silveira, Alberton e Vicente (2016), ao analisarem empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial de 2016, também observaram predominância das diretrizes GRI nos relatórios de sustentabilidade e identificaram que a NBC TO 3000 esteve presente em 71,43% dos trabalhos de asseguração realizados, além de constatarem que 82,1% desses trabalhos foram executados por empresas de auditoria independente. Esses achados reforçam que a asseguração externa, no contexto brasileiro, tem se desenvolvido como prática associada à credibilidade, à confiabilidade e à padronização das informações de sustentabilidade, embora ainda apresente diferenças quanto ao escopo, normas utilizadas e tipo de prestador.

Dessa forma, para os fins desta pesquisa, a asseguração dos relatórios de sustentabilidade é compreendida como um mecanismo de verificação independente que pode ser realizado por firmas de auditoria independente ou por outras organizações especializadas, como consultorias, desde que observados os referenciais e normas aplicáveis. No contexto das instituições financeiras analisadas, entretanto, verifica-se a predominância de trabalhos de asseguração realizados por firmas de auditoria independente

2.4 Instituições Financeiras e Sustentabilidade

No setor bancário, a sustentabilidade envolve a necessidade de incorporar critérios socioambientais às decisões de crédito, investimento, relacionamento com clientes e gestão de riscos (Banco Central do Brasil, 2021 Anjos e Nogueira (2022) argumentam que as instituições

financeiras estão expostas aos riscos socioambientais relacionados às operações de crédito e às atividades financiadas, o que torna necessária a incorporação desses riscos aos processos de análise, concessão e gerenciamento do crédito. Esse entendimento também foi reforçado no campo regulatório brasileiro com a publicação da Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4.327/2014 (CMN), que estabeleceu diretrizes para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma determinou que a política considerasse os princípios da relevância e da proporcionalidade, além de prever diretrizes relacionadas à governança e ao gerenciamento do risco socioambiental.

A partir desse marco, a responsabilidade socioambiental passou a ocupar posição mais formalizada na gestão das instituições financeiras brasileiras posteriormente, o fortalecimento do ambiente regulatório, com a publicação da Resolução CVM nº 193/2023, ampliou a relevância da divulgação de informações de sustentabilidade alinhadas aos padrões do ISSB. Nesse contexto, a asseguração independente passou a assumir papel relevante como mecanismo capaz de conferir maior credibilidade às informações divulgadas, contribuindo para atender às expectativas de investidores, reguladores e demais stakeholders e para fortalecer a legitimidade das instituições financeiras perante a sociedade.

Dessa forma, para os fins desta pesquisa, as instituições financeiras devem ser compreendidas como atores centrais da agenda da sustentabilidade, não apenas pela divulgação de informações socioambientais, mas também por sua capacidade de direcionar recursos, influenciar setores econômicos, avaliar riscos socioambientais e induzir práticas mais sustentáveis por meio do crédito, dos investimentos e de seus produtos financeiros. Nesse contexto, a divulgação e a asseguração dos relatórios de sustentabilidade tornam-se relevantes como instrumentos de transparência, prestação de contas e resposta às expectativas de investidores, reguladores e demais *stakeholders*.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa e com procedimento documental. O caráter descritivo decorre do objetivo de analisar como as instituições financeiras brasileiras listadas na B3 estruturam a carta de asseguração de sustentabilidade, considerando a divulgação de informações relacionadas à governança,

estratégia, gestão de risco, métricas e metas, à luz das IFRS S1 e S2, bem como o papel desempenhado pela asseguração independente na credibilidade dessas informações. A abordagem qualitativa mostra-se adequada por permitir a interpretação do conteúdo dos documentos analisados, com foco em sua estrutura, linguagem, normas utilizadas, escopo da asseguração e elementos associados à credibilidade das informações socioambientais divulgadas.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental, desenvolvida a partir de fontes públicas disponibilizadas pelo Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Santander Brasil, BTG Pactual, Banco ABC Brasil, Banrisul e Banco Bradesco especialmente em seus sites de Relações com Investidores, páginas institucionais de sustentabilidade e documentos corporativos anuais. Foram analisadas as cartas de asseguração independente associadas aos relatórios de sustentabilidade, relatórios ESG, relatórios anuais integrados referente ao exercício social de 2024, disponibilizadas como parte integrante desses documentos ou publicadas separadamente pelas instituições financeiras.

O recorte temporal da pesquisa compreende o exercício social de 2024. Essa delimitação justifica-se por permitir a análise de um conjunto documental recente e homogêneo, em um contexto de crescente consolidação das práticas de divulgação e asseguração de informações relacionadas à sustentabilidade. Além disso, o período analisado é relevante diante do avanço regulatório relacionado à divulgação de informações financeiras de sustentabilidade, especialmente após a publicação da Resolução CVM nº 193/2023, que trata da adoção dos padrões internacionais emitidos pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB).

A definição da amostra considerou instituições financeiras listadas na B3 que divulgaram, para o exercício de 2024, relatórios de sustentabilidade, ESG ou relatórios anuais integrados com informações socioambientais acompanhados de cartas de asseguração independente, incorporada ao relatório ou divulgada separadamente. A existência e a disponibilidade pública da carta de asseguração constituíram critérios obrigatórios para a inclusão da instituição na amostra. Foram priorizadas instituições bancárias com documentação pública suficiente para análise da estrutura da carta de asseguração independente.

Quadro 1 – Instituições financeiras que compõem a amostra

Instituição financeira	Nome do Relatório	Tipo de Relatório	Responsável pela asseguração
Banco ABC Brasil	Relatório Anual Integrado 2024	Relatório anual integrado	EY – Big Four
Banco do Brasil	Relatório Anual 2024	Relatório anual	KPMG – Big Four
Banco Bradesco	Relatório ESG 2024	Relatório ESG	KPMG – Big Four
Banrisul	Relatório de Sustentabilidade 2024	Relatório de sustentabilidade	Deloitte – Big Four
BTG Pactual	Relatório Anual 2024	Relatório anual integrado	PWC – Big Four
Itaú Unibanco	Índice Suplementar ESG 2024	Relatório anual integrado	PWC – Big Four
Santander Brasil	Relatório Anual Integrado 2024	Relatório anual integrado	PWC – Big Four

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

As sete cartas analisadas estavam incorporadas aos respectivos relatórios corporativos, não tendo sido identificada nenhuma divulgação em documento separado. Em cada caso, a seção correspondente à carta de asseguração foi delimitada e analisada como unidade documental da pesquisa. A identificação dos relatórios, dos responsáveis pelos trabalhos de asseguração e da localização das cartas é apresentada no Quadro 1.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, com categorias previamente definidas com base na literatura sobre asseguração de relatórios de sustentabilidade e nos pilares de divulgação das normas IFRS S1 e IFRS S2. As categorias utilizadas foram: (a) tipo de relatório divulgado; (b) existência de asseguração externa; (c) identificação do provedor da asseguração; (d) norma ou padrão utilizado; (e) nível de asseguração informado; (f) escopo do trabalho realizado; (g) existência de limitações, ressalvas ou ênfases; e (h) elementos discursivos relacionados à credibilidade, transparência, comparabilidade e prestação de contas.

Além dessas categorias diretamente relacionadas à asseguração, os relatórios também foram analisados a partir dos quatro pilares de divulgação das normas IFRS S1 e IFRS S2: governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas. Ressalta-se que a pesquisa não pretende generalizar estatisticamente os resultados para todo o universo das companhias abertas brasileiras. O objetivo é compreender, de forma analítica, como estão estruturadas as cartas de asseguração independente emitidas pelos responsáveis pelos trabalhos e incorporadas aos relatórios corporativos com informações de sustentabilidade das instituições financeiras selecionadas. Assim, os resultados devem ser interpretados à luz do recorte temporal adotado, da disponibilidade documental e das características próprias do setor financeiro.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Caracterização da amostra documental

Inicialmente, identificou-se que as instituições financeiras analisadas utilizam diferentes formatos de reporte para a divulgação de informações socioambientais. Entre os formatos observados, destacam-se o relatório anual integrado, o relatório ESG, os relatórios de sustentabilidade e os índices ou relatórios suplementares ESG. Dessa forma, verifica-se a adoção de diferentes estruturas de apresentação das informações, sem a existência de um modelo único entre as instituições.

Em relação ao conteúdo dos relatórios, observou-se a utilização de referenciais internacionais na divulgação das informações de sustentabilidade. De modo geral, foram identificadas menções às diretrizes da GRI, aos padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e aos princípios do Relato Integrado. Em alguns casos, também foram identificadas referências às normas IFRS S1 e IFRS S2.

Quadro 2 – Caracterização documental da amostra

Instituição financeira	Ticker	Normas e Asseguração	Tipo de relatório identificado	Ano-base do relatório
Banco ABC Brasil	ABCB4	GRI, SASB; asseguração EY	Relatório Anual Integrado	2024
Banco Bradesco	BBDC3 / BBDC4	GRI, SASB, TCFD; asseguração KPMG	Relatório ESG (integrado ao conjunto de relatórios anuais)	2024
Banco do Brasil	BBAS3	GRI + Relato Integrado; asseguração pela KPMG	Relatório Anual (com abordagem integrada ESG)	2024
Banrisul	BRSR3 / BRSR5 / BRSR6	GRI; asseguração Deloitte	Relatório Anual Integrado	2024
BTG Pactual	BPAC11	GRI, SASB, IFRS S1/S2; asseguração PwC	Relatório Anual Integrado (com abordagem ESG)	2024
Itaú Unibanco	ITUB4	Estrutura múltipla; asseguração PwC GRI; SASB	Relatório Anual Integrado	2024
Santander Brasil	SANB11	GRI, IFRS S1/S2; asseguração PwC	Relatório Anual Integrado	2024

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

4.2. Estrutura das cartas de asseguração independente analisadas

A análise das cartas de asseguração independente demonstrou que todas as instituições financeiras incluídas na amostra submeteram determinadas informações de sustentabilidade à verificação independente. Esse resultado decorre do próprio critério de seleção da amostra, que exigiu a existência e a disponibilidade pública da carta de asseguração associada ao relatório corporativo referente ao exercício de 2024. Ressalta-se, contudo, que a presença da carta não significa que todo o conteúdo dos relatórios tenha sido submetido à verificação, uma vez que a abrangência do trabalho depende do objeto e do escopo delimitados em cada documento. Nesse contexto, a asseguração independente configura-se como um mecanismo voltado ao reforço da credibilidade das informações não financeiras divulgadas, especialmente diante da crescente demanda por transparência, comparabilidade e confiabilidade dos dados relacionados à sustentabilidade.

As cartas de asseguração independente apresentam estruturas semelhantes entre as instituições analisadas. De modo geral, esses documentos contemplam a identificação da administração responsável pelas informações divulgadas, a responsabilidade do assegurado independente, os critérios utilizados na avaliação, o escopo do trabalho, os procedimentos aplicados, eventuais limitações e a conclusão emitida pelo profissional independente. Essa estrutura está associada, predominantemente, à lógica da asseguração limitada, modalidade mais recorrente nos documentos examinados.

Apesar da presença de asseguração independente em todas as instituições analisadas, verificou-se que o escopo dos trabalhos descritos nas cartas de asseguração não é uniforme. Em parte das instituições, a asseguração abrange o conjunto das informações de sustentabilidade apresentadas no relatório, enquanto, em outras, restringe-se a indicadores ou informações específicas, conforme definido pelo objeto do trabalho apresentado pelo assegurado.

Observou-se, ainda, predominância da asseguração limitada, em conformidade com as normas indicadas pelos próprios asseguradores, o que implica a realização de procedimentos menos extensos quando comparados à asseguração razoável. Entre os procedimentos descritos nas cartas destacam-se, de forma recorrente, entrevistas com responsáveis pela elaboração das informações, análise documental, avaliação dos processos internos relacionados à preparação das divulgações de sustentabilidade, testes por amostragem e confrontação de evidências consideradas suficientes para fundamentar a conclusão do trabalho.

Assim, a estrutura das cartas de asseguração de sustentabilidade independente analisadas indica que as instituições financeiras vêm incorporando práticas de verificação independente às suas divulgações de sustentabilidade. Contudo, os resultados também apontam a necessidade de maior clareza quanto ao escopo dos trabalhos, aos procedimentos aplicados, ao nível de asseguração e às limitações informadas, de modo a favorecer a comparabilidade entre as instituições e a utilidade das informações para os usuários dos relatórios.

4.3 Análise dos relatórios à luz dos pilares IFRS S1 e IFRS S2

As normas IFRS S1 e IFRS S2 organizam a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade em quatro pilares: governança, estratégia, gestão de riscos, e métricas e metas. A adoção dessa estrutura na análise permite avaliar como os bancos divulgam a sustentabilidade em relação à tomada de decisão, à geração de valor e à exposição a riscos e oportunidades ESG, conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3 – Critérios de análise documental conforme os pilares IFRS S1 e S2

Pilar IFRS S1/S2	O que deve estar documentado nos relatórios
Governança	Estruturas e responsabilidades relacionadas à sustentabilidade
Estratégia	Integração da sustentabilidade ao modelo de negócios.
Gestão de riscos	Identificação e gerenciamento dos riscos ESG
Métricas e metas	Indicadores e objetivos relacionados ao desempenho ESG

Fonte: Elaborado pela autora com base nos pilares das IFRS S1 e S2 e nas categorias de análise da pesquisa (2026).

4.3.1. Governança

No pilar de governança, observou-se que as instituições financeiras analisadas vêm incorporando a sustentabilidade às suas estruturas decisórias por meio de conselhos de administração, comitês especializados, políticas de responsabilidade social, ambiental e climática, canais de denúncia e mecanismos de integridade.

As instituições analisadas apresentam diferentes níveis de maturidade na governança ESG, sendo observadas estruturas mais formalizadas em bancos de maior porte e maior exposição internacional.

O Banco do Brasil apresenta trajetória consolidada em sustentabilidade e aderência histórica a padrões como GRI e SASB, além de possuir agenda própria vinculada aos Compromissos BB 2030. O Banrisul, por sua vez, apresenta estrutura formal de governança e controle, com destaque para Conselho Fiscal permanente, comitês e gestão ESG, embora com menor detalhamento quanto à vinculação entre sustentabilidade, remuneração executiva e riscos financeiros climáticos.

De forma geral, os achados indicam que a governança ESG no setor financeiro brasileiro avançou significativamente. No entanto, a existência de comitês, políticas e estruturas formais não garante, por si só, a efetividade da gestão socioambiental. A análise evidencia a necessidade de maior transparência sobre como os órgãos de governança monitoram metas, avaliam resultados, acompanham riscos ESG e integram essas informações às decisões financeiras e estratégicas.

Embora todas as instituições analisadas apresentem estruturas formais de governança relacionadas à sustentabilidade, observa-se que o grau de integração entre os temas ESG e os processos decisórios estratégicos varia significativamente entre elas. Instituições que vinculam metas ESG à remuneração variável de executivos e colaboradores tendem a demonstrar maior comprometimento com a incorporação da sustentabilidade à gestão corporativa. Sob a perspectiva da Teoria da Legitimidade, tais mecanismos podem ser interpretados como instrumentos destinados não apenas à melhoria do desempenho socioambiental, mas também ao fortalecimento da percepção de compromisso perante investidores, reguladores e demais stakeholders. Dessa forma, a governança ESG assume papel relevante tanto na gestão efetiva dos riscos e oportunidades quanto na construção da legitimidade organizacional.

4.3.2. Estratégia

No pilar de estratégia, verificou-se que os bancos vêm associando sustentabilidade à geração de valor, especialmente por meio de finanças sustentáveis, crédito responsável, financiamento de energias renováveis, agricultura sustentável, microcrédito, inclusão financeira, transição climática e investimentos de impacto.

Santander, Itaú, Bradesco e BTG Pactual apresentam estratégias mais sofisticadas, com metas financeiras associadas à sustentabilidade, produtos ESG, financiamento de transição e participação em iniciativas internacionais. O Banco ABC Brasil demonstra forte integração prática entre estratégia e incentivos internos ao transformar a carteira ESG em indicador estratégico com impacto na remuneração variável.

O Banco do Brasil apresenta estratégia consolidada por meio da Agenda 30 BB e dos Compromissos BB 2030, demonstrando conexão entre sustentabilidade, crédito, gerenciamento de riscos e compromissos de longo prazo. O Banrisul apresenta abordagem mais regionalizada, com foco no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, apoio à reconstrução após eventos climáticos extremos e fortalecimento do relacionamento com a comunidade local.

Apesar dos avanços, a análise revelou limitações importantes. Os critérios utilizados para classificar operações como sustentáveis variam entre as instituições, com diferentes nomenclaturas, como “carteira sustentável”, “negócios sustentáveis”, “ativos ESG”, “finanças sustentáveis” e “portfólio elegível”. Essa falta de padronização reduz a comparabilidade entre os relatórios e dificulta a avaliação uniforme do desempenho ESG das instituições.

Os resultados sugerem que a sustentabilidade deixou de ser tratada apenas como elemento reputacional para assumir papel cada vez mais estratégico nas instituições financeiras. Entretanto, a ausência de critérios uniformes para classificação de ativos, operações e negócios sustentáveis dificulta a comparação entre organizações e reduz a transparência das informações divulgadas. Essa heterogeneidade evidencia um dos principais desafios atuais das divulgações ESG: transformar iniciativas individuais em práticas efetivamente comparáveis e verificáveis. Nesse contexto, a evolução das normas internacionais de sustentabilidade tende a contribuir para a redução dessas assimetrias informacionais.

4.3.3 Gestão de Riscos

No pilar de gestão de riscos, observou-se que os bancos analisados vêm avançando na incorporação dos riscos sociais, ambientais e climáticos aos processos de crédito, investimentos, garantias, relacionamento com clientes e monitoramento de setores sensíveis.

Santander, Bradesco, Itaú e BTG Pactual apresentam estruturas mais sofisticadas de gestão de riscos ESG, com uso de rating socioambiental, *due diligence*, políticas setoriais, restrições a setores sensíveis, testes de estresse climático e monitoramento contínuo. O Banco ABC Brasil também se destaca pela aplicação da análise RSAC a todos os clientes e pela integração dos riscos socioambientais ao processo de concessão de crédito.

O Banco do Brasil possui estrutura consolidada de PRSAC e gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos, incluindo riscos físicos e de transição. O Banrisul apresenta estrutura formal e aderente às exigências regulatórias, com instâncias de governança, comitês e gestão de riscos corporativos e socioambientais.

De modo geral, os relatórios indicam que a gestão de riscos ESG vem se tornando parte central da gestão bancária. Entretanto, permanecem desafios relevantes relacionados à qualidade dos dados fornecidos pelos clientes, à rastreabilidade das cadeias produtivas, à mensuração financeira dos riscos climáticos e à comprovação da efetividade das ações de mitigação.

Embora os relatórios demonstrem avanços significativos na incorporação dos riscos socioambientais e climáticos aos processos de gestão, ainda existem desafios relacionados à mensuração dos impactos financeiros desses riscos. A dependência de informações fornecidas por clientes, a limitação de bases de dados setoriais e a complexidade dos cenários climáticos futuros dificultam a avaliação precisa dos riscos ESG. Assim, verifica-se que a evolução das estruturas de gerenciamento de riscos ainda demanda aprimoramentos metodológicos capazes de aumentar a confiabilidade e a comparabilidade das informações divulgadas.

4.3.4 Métricas e Metas

No pilar de métricas e metas, verificou-se que as instituições financeiras vêm ampliando a divulgação de indicadores ESG, especialmente em finanças sustentáveis, emissões de gases de efeito estufa, diversidade, inclusão financeira, microcrédito, educação financeira, negócios sustentáveis e gestão de riscos socioambientais.

Quadro 4 – Indicadores ESG quantitativos divulgados pelas instituições analisadas

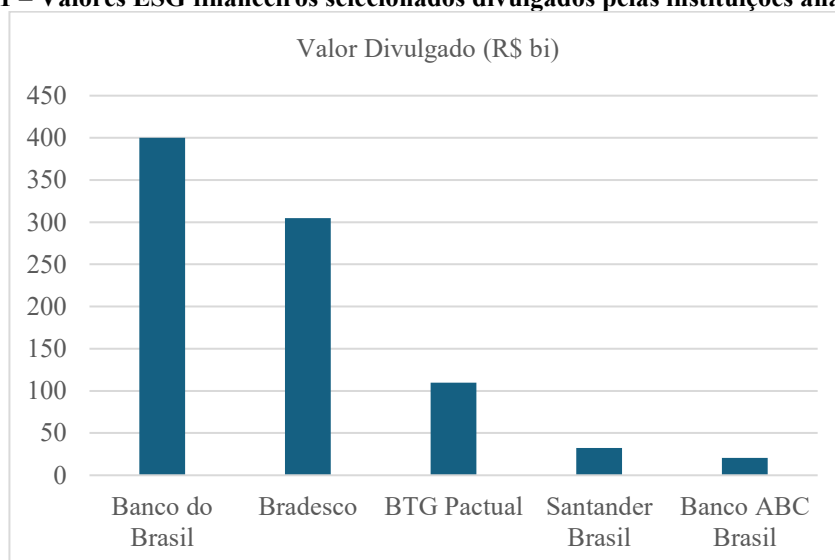
Instituição	Indicador ESG quantitativo principal	Valor divulgado	Metas
Banco do Brasil	Carteira sustentável	400 R\$ bilhões	Meta de R\$ 500 bi até 2030; critérios próprios.
Bradesco	Negócios sustentáveis	305 R\$ bilhões	Meta ampliada para R\$ 350 bi.
BTG Pactual	Emissões sustentáveis no mercado de dívida	109,8 R\$ bilhões	Não há metas
Santander Brasil	Negócios sustentáveis viabilizados	32,2 R\$ bilhões	Também reporta carteira sustentável de R\$ 37,7 bi.
Banco ABC Brasil	Ativos atrelados a critérios ESG	20,6 R\$ bilhões	Representa 39% do portfólio total.
Itaú Unibanco	Meta de finanças sustentáveis até 2030	1000 R\$ bilhões	Não há metas
Banrisul	Carteira de crédito total	62 R\$ bilhões	Não há metas

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Observa-se que os indicadores quantitativos divulgados pelas instituições possuem naturezas distintas, o que limita sua comparabilidade direta. Enquanto algumas instituições

reportam saldos de carteira sustentável ou ativos ESG, outras apresentam valores de negócios sustentáveis viabilizados, emissões sustentáveis no mercado de dívida ou metas futuras. Assim, os dados devem ser interpretados como evidências da presença de métricas ESG nos relatórios, e não como ranking direto de desempenho entre os bancos.

Figura 1 – Valores ESG financeiros selecionados divulgados pelas instituições analisadas



Nota: Foram considerados apenas indicadores financeiros ESG divulgados como valores realizados ou saldos em 2024. A meta futura do Itaú Unibanco e a carteira de crédito total do Banrisul não foram incluídas no gráfico por não serem diretamente comparáveis aos demais indicadores (2026).

O Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander, BTG Pactual e Banco ABC Brasil apresentam metas ou indicadores financeiros associados a negócios sustentáveis, crédito ESG, carteira sustentável ou financiamento verde. O Banrisul se destaca pela mensuração e asseguração do inventário de emissões de GEE, com reconhecimento no Programa Brasileiro GHG Protocolo.

As métricas climáticas também apresentam avanços, principalmente nos bancos que passaram a divulgar emissões financiadas e utilizar metodologias como PCAF. No entanto, a qualidade dos dados dos clientes, a disponibilidade de informações setoriais e as mudanças metodológicas ainda representam desafios relevantes para a confiabilidade e comparabilidade dos indicadores.

Em relação às metas sociais, observou-se que algumas instituições apresentam indicadores de diversidade, inclusão financeira e impacto social, embora com diferentes níveis de detalhamento. O Santander, por exemplo, divulga metas relacionadas à participação de mulheres em cargos de liderança e à representatividade de funcionários negros. Outras instituições também reportam métricas sociais, mas com menor grau de padronização.

Assim, sob a perspectiva das IFRS S1 e S2, os bancos avançaram na divulgação de métricas e metas ESG, mas ainda precisam evoluir na comparabilidade, verificabilidade e integração dessas métricas à geração de valor financeiro de longo prazo.

4.4 Discussão dos resultados à luz da Teoria da Legitimidade

A análise das cartas de asseguração independente à luz da Teoria da Legitimidade indica que as divulgações de sustentabilidade e asseguração atuam como instrumentos de construção, manutenção e reforço da legitimidade organizacional. Ao divulgarem políticas ESG, metas climáticas, estruturas de governança, processos de gestão de riscos, métricas socioambientais e relatórios de asseguração externa, os bancos buscam demonstrar alinhamento às expectativas de investidores, reguladores, clientes e sociedade.

Essa estratégia é particularmente relevante no setor financeiro, pois os bancos exercem papel central na alocação de capital e influenciam impactos socioambientais por meio das atividades que financiam. Assim, a divulgação ESG não possui apenas função informativa, mas também função simbólica e reputacional, ao permitir que as instituições apresentem sua atuação como alinhada a valores socialmente aceitos.

Os achados deste estudo dialogam com a perspectiva de Bonelli e Araujo (2025), ao evidenciar que os relatórios de sustentabilidade no Brasil vêm se tornando mais estruturados, assegurados e alinhados a normas internacionais. Esse movimento sugere avanço institucional da asseguração e maior preocupação das empresas com a credibilidade das informações ESG divulgadas.

Por outro lado, os resultados também se aproximam da crítica de Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020), segundo a qual os relatórios e pareceres de asseguração podem funcionar como mecanismos simbólicos de legitimação quando não apresentam verificação substancial, equilíbrio informacional e transparência sobre limitações. Nos relatórios analisados, essa tensão aparece na predominância de narrativas positivas, na heterogeneidade das métricas, na dificuldade de mensurar impactos reais e na ausência de padronização plena dos critérios de classificação de operações sustentáveis.

Dessa forma, os relatórios analisados podem ser compreendidos simultaneamente como instrumentos de *accountability* e como mecanismos de legitimação organizacional. Há evidências de práticas substantivas, como integração de riscos ESG ao crédito, uso de ratings socioambientais, monitoramento climático, metas financeiras sustentáveis e asseguração externa. Contudo, em diversos casos, a divulgação assume caráter predominantemente

simbólico, reforçando a legitimidade organizacional sem evidenciar, de forma suficiente, os impactos efetivos das práticas ESG.

Apesar da ampliação na divulgação de indicadores quantitativos, os resultados evidenciam que as métricas ESG ainda apresentam limitações quanto à padronização e comparabilidade. A utilização de diferentes conceitos para mensurar negócios sustentáveis, ativos ESG e financiamentos verdes dificulta a avaliação do desempenho relativo entre as instituições. Além disso, a predominância de indicadores associados a volumes financeiros nem sempre permite compreender os impactos socioambientais efetivamente gerados. Dessa forma, a evolução das práticas de divulgação requer não apenas maior quantidade de indicadores, mas também maior consistência metodológica e transparência nos critérios utilizados para sua mensuração.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar como as instituições financeiras brasileiras listadas na B3 estruturam seus relatórios de sustentabilidade, considerando a divulgação de informações relacionadas à governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas, à luz das IFRS S1 e S2, bem como o papel desempenhado pela asseguração independente na credibilidade dessas informações.

A análise documental permitiu verificar que as instituições financeiras analisadas vêm incorporando, de forma crescente, os referenciais internacionais de divulgação de informações de sustentabilidade, especialmente quanto aos aspectos de governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas. Os resultados evidenciaram avanços na estruturação dos relatórios de sustentabilidade e na incorporação das práticas ESG às estratégias organizacionais, demonstrando alinhamento às exigências regulatórias e às expectativas de investidores, reguladores e demais stakeholders.

No que se refere à asseguração independente, verificou-se que todas as instituições analisadas divulgaram cartas de asseguração associadas aos respectivos relatórios de sustentabilidade. A análise desses documentos evidenciou predominância de trabalhos conduzidos por firmas de auditoria de reconhecimento internacional, com utilização de referenciais normativos consolidados e adoção, em sua maioria, de asseguração limitada. Também foram identificadas diferenças quanto ao escopo dos trabalhos, às informações

abrangidas, aos procedimentos descritos e à forma de apresentação das conclusões, indicando que a existência da carta de asseguração, por si só, não garante uniformidade na extensão da verificação realizada.

Esses resultados demonstram que a asseguração independente desempenha papel relevante ao contribuir para ampliar a credibilidade das informações divulgadas, mas sua efetividade depende da clareza quanto ao objeto assegurado, ao escopo, ao nível de asseguração, aos critérios utilizados e aos procedimentos executados. Assim, a interpretação das cartas de asseguração requer análise de seus elementos estruturais, não sendo suficiente considerar apenas a presença do documento ou a reputação da firma responsável pelo trabalho.

Sob a perspectiva da Teoria da Legitimidade, os resultados indicam que a divulgação dos relatórios de sustentabilidade, associada à asseguração independente, constitui um mecanismo por meio do qual as instituições financeiras buscam demonstrar alinhamento às expectativas de seus stakeholders. A adoção de referenciais reconhecidos internacionalmente, aliada à contratação de seguradores independentes, contribui para fortalecer a percepção de transparência, responsabilidade e legitimidade organizacional. Entretanto, em consonância com Boiral e Heras-Saizarbitoria (2020), a legitimidade desses relatórios depende não apenas de sua divulgação ou asseguração, mas também da consistência das informações apresentadas e da transparência quanto às limitações do trabalho realizado.

Do ponto de vista prático, os resultados sugerem que as instituições financeiras podem fortalecer a qualidade de suas divulgações por meio da ampliação da comparabilidade das informações, da maior transparência quanto aos critérios adotados e da descrição mais detalhada dos procedimentos de asseguração. Para os seguradores, os achados reforçam a importância de explicitar o escopo, os procedimentos executados e as limitações do trabalho, favorecendo a compreensão dos usuários sobre o alcance da asseguração.

Como limitações da pesquisa, destaca-se a utilização exclusiva de documentos públicos divulgados pelas próprias instituições financeiras, o que impossibilita verificar a efetividade das práticas reportadas ou aprofundar aspectos relacionados à execução dos trabalhos de asseguração. Além disso, não foram realizadas entrevistas com representantes das instituições ou com os seguradores responsáveis pelos trabalhos.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a análise para outros setores econômicos, realizar estudos comparativos entre diferentes períodos de divulgação e investigar a percepção de investidores, reguladores e seguradores acerca da contribuição das cartas de asseguração para a credibilidade das informações de sustentabilidade. Também são oportunos estudos que

examinem a evolução das práticas de asseguração diante da implementação das IFRS S1 e S2 no contexto brasileiro.

Assim, conclui-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado ao evidenciar como as instituições financeiras estruturam seus relatórios de sustentabilidade e como a asseguração independente é apresentada como mecanismo complementar de credibilidade dessas divulgações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Janaina Borges de. Asseguração de relatórios de sustentabilidade: o caso Petrobras. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 14., 2014, São Paulo: FEA-USP, 2014. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/262.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014**. Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2014. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_o.pdf. Acesso em: 19 maio 2026.
- BOIRAL, Olivier; HERAS-SAIZARBITORIA, Iñaki. Sustainability reporting assurance: Creating stakeholder accountability through hyperreality? **Journal of Cleaner Production**, v. 243, 10 jan. 2020. Disponível em: [Sustainability reporting assurance: Creating stakeholder accountability through hyperreality? - ScienceDirect](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652619320000). Acesso em: 20 de agosto de 2025
- BONELLI, Valério Vitor; ARAUJO, Luiz Eduardo Pereira de. Asseguração de relatórios de sustentabilidade: uma análise das 30 empresas de maior representatividade no índice de sustentabilidade (ISE) B3. **REVISTA DELOS**, v. 18, n. 67, p. e4943, 5 maio 2025. Disponível em: [Asseguração de relatórios de sustentabilidade: uma análise das 30 empresas de maior representatividade no índice de sustentabilidade \(ISE\) B3 | REVISTA DELOS](https://www.revistadelos.com.br/artigo/asseguracao-de-relatorios-de-sustentabilidade-uma-analise-das-30-empresas-de-maior-representatividade-no-indice-de-sustentabilidade-ise-b3). Acesso em: 19 de agosto de 2025.
- BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. Texto consolidado com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM nº 219/2024 e nº 227/2025. Rio de Janeiro: CVM, 2025. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/100/resol193consolid.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2026.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnic/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente>. Acesso em: 27 abr. 2026.
- DEEGAN, Craig. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. Disponível em: [Introduction | Accounting, Auditing & Accountability Journal | Emerald Publishing](https://www.emerald.com/insight/fulltext/article.php?id=AAAJ.15.3.282). Acesso em 27 de Janeiro 2026.
- DOWLING, John; PFEFFER, Jeffrey. Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. **Pacific sociological review**, v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975. Disponível em: [Organizational Legitimacy - John Dowling, Jeffrey Pfeffer, 1975](https://www.jstor.org/stable/237125). Acesso em 29 de Janeiro de 2026.
- FAROOQ, Muhammad Bilal; AZANTOUTI, Asem Saad Ali; ZAMAN, Rashid. Non-financial information assurance: a review of the literature and directions for future research. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 15, n. 1, p. 48-84, 2024. Disponível em: [Non-financial information assurance: a review of the literature and directions for future research | Sustainability Accounting, Management and Policy Journal | Emerald Publishing](https://www.emerald.com/insight/fulltext/article.php?id=SAJ.15.1.48). Acesso em 27 de Janeiro de 2026.
- FAVARO, Laiz Casagrande; ROVER, Suliani. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): a associação entre os indicadores econômico-financeiros e as empresas que compõem a carteira. **Contabilometria**, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/440/318>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.
- GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, auditing & accountability journal**, v. 8, n. 2,

p. 47-77, 1995. Disponível em: [Corporate social and environmental reporting | Accounting, Auditing & Accountability Journal | Emerald Publishing](#). Acesso em: 03 de março de 2026.

INSTITUTO ETHOS. Bancos publicam políticas de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Instituto Ethos, 25 mar. 2015. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/bancos-publicam-politicas-de-responsabilidade-socioambiental/>. Acesso em: 19 maio 2026.

KNEIPP, Jordana Marques; VIEIRA, Kelmara Mendes; BENDER FILHO, Reisoli; GOMES, Cláudia Maffini. Características determinantes no nível de divulgação de informação em relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 12, n. 2, 2014. DOI: 10.18593/race.v12i2.4819. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W1512473226>. Acesso em: 19 maio 2026.

MACHADO, Daiane Pias; OTT, Ernani. Estratégias de legitimação social empregadas na evidência ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 1, p. 136-156, 2015. Disponível em: [Redalyc. ESTRATÉGIAS DE LEGITIMIZAÇÃO SOCIAL EMPREGADAS NA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA LEGITIMIDADE](#). Acesso em: 31 de janeiro de 2026.

NETO, João Augusto de Sousa; CORREIA, Matheus Barros. Integração de Políticas ESG nas Empresas Brasileiras Listadas na B3: Uma análise econômico-financeira das empresas avaliadas no índice ISE B3 2022. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 6, p. 1114-1136, 2024. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/rcg/article/view/20198>. Acesso em: 31 de agosto de 2025.

NGUYEN, Hong Linh; KANBACH, Dominik K. Toward a view of integrating corporate sustainability into strategy: A systematic literature review. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 31, n. 2, p. 962-976, 2024. Disponível em: [Toward a view of integrating corporate sustainability into strategy: A systematic literature review - Nguyen - 2024 - Corporate Social Responsibility and Environmental Management - Wiley Online Library](#). Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002. Disponível em: [Environmental disclosures in the annual report | Accounting, Auditing & Accountability Journal | Emerald Publishing](#). Acesso em: 20 de março de 2026.

OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza *et al.* Sustainability reporting according to the global reporting initiative (GRI): A correspondence analysis between the Brazilian economic sectors. **Production**, v. 24, n. 2, p. 392-404, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/C7Q7TdFTPLMZbpNLSYGT3zf/abstract/?lang=en>. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, Ualison Rébula; MENEZES, Rodolfo Pombo; FERNANDES, Vicente Aprigliano. A systematic literature review on corporate sustainability: contributions, barriers, innovations and future possibilities: UR de Oliveira *et al.* **Environment, development and sustainability**, v. 26, n. 2, p. 3045-3079, 2024. Disponível em: [A systematic literature review on corporate sustainability: contributions, barriers, innovations and future possibilities | Environment, Development and Sustainability | Springer Nature Link](#). Acesso em: 24 de março de 2026.

PAIVA, Antonio Cláudio Reis de. As atividades bancária e empresarial e o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração**, v. 45, n. 3, p. 297-304, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716304824>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

PASTRE, Franciele; ZARO, Elise Soerger; ALBERTON, Luiz. Asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial 2013. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 47-63, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/12404>. Acesso em: 19 maio 2026.

PATTEN, Dennis M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. **Accounting, organizations and Society**, v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992. Disponível em: [Intra-](#)

industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory - ScienceDirect. Acesso em 26 de janeiro de 2026.

REIS, Solange Garcia dos; CINTRA, Yara Consuelo; RIBEIRO, Maisa de Souza; DIBBERN, Bruno Ruvier Santiago. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 67-94, jan./abr. 2015. DOI: 10.5007/2175-8069.2015v12n25p67. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002755323>. Acesso em: 19 maio 2026.

SANTOS, Dara Patrícia dos; SILVA, Ana Carolina dos Santos; SILVA, Ana Paula Messias da; REIS, Luciano Gomes dos. Níveis de asseguração dos relatórios de sustentabilidade: uma análise das 50 maiores empresas do Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 18., 2018, São Paulo: FEA-USP, 2018. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/671.pdf>. Acesso em: 30 julho 2026.

SILVEIRA, Gabriela Borges; ALBERTON, Luiz; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. O ESTADO DA ARTE DA ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) 2016. **Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=1981982X&AN=125113132&h=jCDdlhtqlcc2Dpv0eKYq5Xjzl1mlRCVDX9ZymXBJM4Rxdwi%2BRCGAS8YMGrZRp%2FoYkmvA7wvmETIrof30zomdg%3D%3D&crl=c>. Acesso em 31 de janeiro de 2026.

SILVEIRA, Gabriela Borges; BELLEN, Hans Michael van. Efeito da prestação conjunta de serviços de auditoria e não auditoria na qualidade da asseguração externa das divulgações de sustentabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 36, n. 97, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/Zf47xr96sCTsWRtJkKGpZpm/?lang=pt>. Acesso em: 13 de agosto de 2025.

STEFANO, Silvio Roberto; TEIXEIRA, Gylmar. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ORGANIZAÇÕES: PROGRAMAS DO BANCO DO BRASIL. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, 2014. Acesso em: https://www.researchgate.net/profile/Silvio-Roberto-Stefano/publication/313685720_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_NAS_ORGANIZACOES_PROGRAMAS_DO_BANCO_DO_BRASIL/links/5953b902a6fdcc218d32b0c3/DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-NAS-ORGANIZACOES-PROGRAMAS-DO-BANCO-DO-BRASIL.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

SUCHMAN, Mark C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571–610, Jul. 1995. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/AMR.1995.9508080331>. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

TRAVASSOS, Silvana Karina de Melo; COSTA, José Isídio de Freitas; SILVA, Welton Evaristo da; ARAÚJO, Mônica de Lima. Uso dos indicadores essenciais da GRI nos relatórios das empresas dos setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública no Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 113-129, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4716/471647054007.pdf>. Acesso em: 19 maio 2026.

ZARO, Elise Soerger; PASTRE, Franciele; ALBERTON, Luiz. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online). v. 63, p. 47, 2015. Disponível em: <https://miguilim.ibict.br/handle/miguilim/9087>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.